

DA RIGIDEZ À FLEXIBILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: TRABALHO E SOFRIMENTO NA  
SOCIEDADE DE CONSUMO

Sandro Henrique Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG – Doutorado

IFG – Campus Aparecida de Goiânia

## RESUMO

O trabalho é elemento fundamental na constituição da vida social e, em especial, na sociedade capitalista, é processo de valorização. Esta afirmação já remete às análises acerca do produto do trabalho, bem como das relações que este estabelece na ordem social. À primeira pode-se evidenciar a partir da capacidade de produzir bens que satisfaçam as necessidades humanas, possibilitando-lhe valor-de-uso que, por sua vez, funcionam como veículos materiais do valor-de-troca, realizando-se com a utilização ou o consumo. A segunda se dá a partir das relações de produção, que são conflituosas, pois está em jogo a capacidade produtiva e os custos para a produção. Este conflito gravita em torno do tempo de trabalho, pois, isto afeta diretamente o custo da produção, daí o interesse em exercer minucioso controle sobre o tempo de trabalho. Diante das necessidades de organização e controle do trabalho, bem como do direcionamento da produção, desenvolveu-se um processo de racionalização do trabalho, na tentativa de encontrar solução viável às incompatibilidades entre os produtores e donos dos meios de produção. A maior sistematização deste controle sobre o trabalho se deu com o Taylorismo, no entanto, foi com o Fordismo que o processo de racionalização do trabalho foi posto em evidência, com o objetivo de forjar um novo tipo de trabalhador, que se enquadrasse dentro da lógica produtiva, que fosse suscetível aos processos de gerenciamento, objetivando assim o atendimento às necessidades produtivas e o escoamento da produção. Com o enfraquecimento das estruturas rígidas deste sistema, buscou-se uma nova tendência, com a flexibilização não só dos processos, mas do mercado, dos produtos, padrões, bem como do próprio trabalho. A lógica da acumulação flexível instaurou alterações em profundidade na sociedade, promovendo reconfigurações na vida dos indivíduos e nas estruturas organizacionais, buscando atender e instituir demandas no mercado. Nesta perspectiva, o consumismo se tornou o mecanismo eficaz de retroalimentação de todo o sistema de produção, pois não se vincula unicamente ao produto mas, por anterioridade, às dimensões do desejo, que através das elaborações psicanalíticas pode ser reconhecido como algo da ordem do infindável. Desta forma é estabelecida uma relação de dependência do trabalhador com sua própria exploração, no intuito de manter-se na sociedade de consumo, através do lastro do crédito, que prolonga seu sofrimento mediante a impossibilidade de realização efetiva do *princípio de prazer* nos mecanismos da publicidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; flexibilização; consumo e consumismo.

## TRABALHO E FORDISMO: DISCIPLINAMENTO E RESISTÊNCIA

Como início de análise, é fundamental assinalar que o fordismo não foi mera concretização de um projeto ideacional, antes disso, foi fruto de uma elaboração histórica processual, que buscou atender as demandas específicas de um contexto produtivo e acompanhou o estudo cadenciado acerca do trabalho, tempo e produção.

É importante que esteja em evidência a significativa carga conflituosa presente nas propostas que buscavam adestrar o humano à vida produtiva, principalmente porque este conceito de produtividade confrontava diretamente aos interesses íntimos dos indivíduos. Restava, portanto, o desenvolvimento de medidas e mecanismos que minimizassem as resistências, as oposições ao disciplinamento.

Um dos elementos primordiais de contribuição ao exercício da disciplina já pode ser encontrado na proposta de Jeremy Bentham, que teceu as linhas fundamentais do processo de engenharia, que viessem a contribuir com o controle dos indivíduos. A indicação de tal proposta encontra-se assim esboçada: “Aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção; em particular às casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas” (BENTHAM, 2008, p.15).

Foram medidas que procuraram levar a cabo as propostas utilitaristas de constrição da ação em benefício da produtividade prática e da nulidade das iniciativas, transformando os seres em peças instrumentalizáveis, configurando-se no Templo da Razão: “O Panóptico acolhe aqueles que são constrangidos a renunciar a toda iniciativa, e daí, de ponta a ponta instrumentalizáveis” (BENTHAM, 2008, p.93).

Esta proposta de disciplinamento procurava, portanto, internalizar os modelos de obediência e, em específico, nas casas de trabalho, promover o comportamento esperado e a intensificação da utilidade prática. Assim, a adequação ao modelo era compensada, ao passo que atitudes que indicassem a insurgência deveriam sofrer medidas de punitivas, como aponta Gaudemar:

Na casa de trabalho, o princípio se aplica ao trabalhador: formula a dupla ideia da recompensa primária por uma parte e a multa-sanção por outra. Implica neste sentido uma técnica disciplinadora muito precisa: criar o sentido do dever no trabalhador, recorrendo ao estímulo financeiro (GAUDEMAR, 1991, p.67)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “En la casa de trabajo, el principio se aplica al trabajador: formula la doble idea de la prima-recompensa por una parte y la multa-sanción por otra. Implica en este sentido una técnica disciplinaria muy precisa: crear el sentido del deber en el trabajador recurriendo al estímulo financiero”. Tradução Livre.

Mesmo diante o processo de disciplinamento no trabalho, um problema prático ainda persistia, no que diz respeito ao aspecto produtivo, pois os indivíduos desenvolviam suas atividades em um ritmo que não era o esperado pelo dono dos meios de produção. Nesta perspectiva, Taylor promoveu a constatação desta problemática que afetava sobremaneira a expectativa de produção e trabalho: “Da parte dos homens, o maior obstáculo para atingir esse padrão é o ritmo lento que eles adotam, ou a vadiação ou ‘moleza’, o marcar-passo, como é chamado” (BRAVERMAN, 1981, p.91). A contribuição de Taylor foi fundamental, pois elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo, possibilitando um processo de racionalização tamanho que toda a atividade intelectual deveria ser banida da oficina, mas sim, centrada no departamento de planejamento ou projeto. Desta forma, o trabalho deixou de ser uma atividade desenvolvida em sua totalidade pelo trabalhador e passou a ser função fragmentada, ganhando a característica de lugares distintos e distintos grupos de trabalhadores (Cf.: BRAVERMAN, 1981, p.112).

Nesta busca de adequação dos indivíduos ao modo de produção capitalista é importante ressaltar que não houve inteira passividade, nem mesmo a domesticação almejada com o projeto de tornar os trabalhadores em corpos dóceis. O núcleo conflituoso permanecia ora latente nas insatisfações, adoecimento, ora explícito nas contestações diretas. A separação entre trabalho mental e trabalho braçal, proposta pelo taylorismo, deixa o trabalhador à mercê do adoecimento, uma vez que o trabalho está desprovido da relação com o aparelho mental. O humano se vê submetido a uma força que o limita à estruturação de corpos dóceis e disciplinados (Cf.: DEJOURS, 1992, p.19).

É neste contexto histórico e social que se torna possível pensar e compreender o fordismo, não como uma ideia que veio para atender determinada necessidade, construída de forma anacrônica, dissociada das complexidades que a vida produtiva apresentava. Como afirma Harvey:

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. Mas o modo de implantação geral do fordismo foi muito mais complicado do que isso (HARVEY, 2012, p.121).

Seguindo a análise deste autor, é possível constatar que o fordismo veio, preponderantemente, para atender ao consumo de massa, configurando-se em novo sistema de

reprodução da força de trabalho, com uma política de gerência muito específica, uma nova estética: “O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significa consumo de massa” (HARVEY, 2012, p.121).

Era fundamental forjar um novo tipo de trabalhador, que se enquadrasse dentro da lógica produtiva, que fosse suscetível aos processos de gerenciamento e, como saída, Ford utilizava preponderantemente a mão de obra imigrante no seu sistema de produção, no entanto, os números continuavam a indicar a força conflituosa, sempre presente no processo de produção: “A rotatividade da força de trabalho de Ford mostrou-se impressionantemente alta” (HARVEY, 2012, p.123).

Foi somente a partir da crise econômica na década de 30 que houve a possibilidade de uma significativa reorganização para atender à falta de demanda por mercadorias e, na segunda metade do século XIX o fordismo foi disseminado pela Europa. Era preciso, portanto, vencer significativas resistências para a ampla difusão do fordismo: os elementos culturais (nacionalismo) e oposição da classe trabalhadora em relação às políticas de gerenciamento. A primeira foi possível com a firme aliança com o keynesianismo e a segunda foi possível com a derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período do pós-guerra imediato (Cf.: HARVEY, 2012, p. 124-125).

Foi preciso muito exercício e reposicionamentos para promover o equilíbrio entre trabalho, capital e Estado. Foi somente com as intervenções legais que foi possível minimizar os riscos que pairavam sobre o sistema fordista de produção, contribuindo para que se firmassem relações de classe que fortaleciam este sistema produtivo. Mesmo diante de qualquer imaginária passividade, é importante constatar que houve diversos registros de inquietação e resistência para com o modelo de trabalho que o fordismo apresentava: “O problema perpétuo de acostumar o trabalhador a sistemas de trabalho rotinizados, inexpressivos e degradados nunca pode ser completamente superado, como alega vigorosamente Braverman (1974)” (HARVEY, 2012, p.128-129).

Desta forma, pode-se afirmar que a administração científica foi o processo de racionalização de interesses corporativos, visando adequar-se ao modelo de produção vigente. Estas propostas e atividades elevaram significativamente o volume da produção e, com isso, é evidente que houve um crescimento numérico da força de trabalho, o que poderia desencadear em fortalecimento da classe trabalhadora, colocando em evidência o conflito sempre presente. Assim, foram estabelecidas medidas para minimizar tal risco: “(...) ataque político a

elementos radicais do movimento operário depois de 1945 (...) as corporações aceitaram a contragosto o poder sindical, particularmente quando os sindicatos procuravam controlar seus membros e colaborar com a administração em planos de aumento da produtividade (...)” (HARVEY, 2012, p.129).

Com a intervenção do Estado foi possível o desenvolvimento de medidas que possibilitaram a manutenção e até ampliação das demandas efetivas. Estas intervenções podem ser registradas com diversas diferenças nas formas de ação de cada Estado, bem como nas resistências da classe trabalhadora, no entanto, um ponto comum foram os resultados no crescimento econômico e aumento dos padrões materiais. Esta nova configuração, ou seja, com o apoio e reforço do Estado, possibilitou a franca expansão do fordismo, sua sustentabilidade, bem como um exacerbado crescimento nos padrões materiais das sociedades envolvidas neste modelo produtivo: “(...) através de uma combinação de estado de bem-estar social, administração keynesiana e controle de relações de salário” (HARVEY, 2012, p.130).

Este aumento do crescimento dos padrões materiais da sociedade teve efeito paliativo sobre as circunstâncias conflituosas no sistema de produção, e isto pelo fato de que o atendimento das realidades práticas, objetivas, não significa a resolução das necessidades íntimas. Isto possibilita seguir a análise de Sennett, ao afirmar que Smith já apontava que o crescimento material da sociedade não significava em progresso moral, pois a riqueza objetiva da sociedade não é relativamente proporcional à subjetiva. Isto pelo fato de que o humano continua a sentir-se embruteado em sua atividade de produção (SENNETT, 2011, p.41-42).

Nesta perspectiva, ficou à intervenção estatal o encargo de manutenção da racionalidade burocrático-técnica e, desta forma, o fordismo do pós-guerra não foi mero sistema de produção de massa, pois se apoiou na estética do modernismo, objetivando a funcionalidade e a eficiência que, através de um sólido investimento estrangeiro possibilitou a criação de mercado de massa global, globalizando assim, ofertas e demandas. Foi este processo de globalização que possibilitou a instauração da hegemonia norte-americana neste novo cenário econômico. Desta forma, é possível constatar que o fordismo não se disseminou de forma homogênea, pois cada Estado gerenciou suas questões internas como considerou conveniente, mas as relações externas foram administradas pelo modelo norte-americano, uma vez que estavam vinculadas ao dólar como moeda reguladora. Estas diferenças foram gerando frutos anômalos ao modelo fordista, pois foi criando disparidades aviltantes no mercado de trabalho, causas das significativas tensões sociais, excluindo indivíduos das louvadas alegrias do consumo de massa.

É evidente que, uma vez instaurada a insatisfação neste modelo produtivo, os conflitos substanciais, provenientes da realidade de produção, ganham relevo, mostrando-se insustentáveis. Uma ação significativa que foi desenvolvida como busca de administração destes conflitos foram as ações desenvolvidas pelos sindicatos, que pretendiam duplo efeito, ou seja, acompanhar as configurações do Estado Keynesiano e minimizar as resistências dos trabalhadores, sintomáticas das insatisfações geradas pelo atual sistema. Assim, como afirma Harvey, os aspectos culturais e políticos de algumas localidades não cederam aos poderes de controle do trabalho, imposto pelos sindicatos, mas estes, por sua vez, se viram em muitos momentos, forçados a dar respostas às insatisfações das bases, tentando minimizar as pressões e os ataques que vinha recebendo das minorias excluídas, pelas mulheres e pelos desprivilegiados (Cf.: HARVEY, 2012, p.131-133).

Com estes indícios é possível perceber que a *práxis* do sistema produtivo teve um poder de enunciação capaz de demonstrar que a ideia, configurada nas teorizações sobre o tempo e o movimento, bem como na tentativa de domesticação dos corpos, estava aquém da realidade, pois: “O tempo rotinizado se tornara uma arena onde os trabalhadores podiam afirmar suas próprias exigências, uma arena que dava poder” (SENNETT, 2011, p.48).

Além das circunstâncias estruturais do fordismo, capazes de denotar as incompatibilidades de submissão do humano aos moldes da produção, houve fatores de mercado que influenciaram sobremaneira o enfraquecimento do sistema fordista, avolumando insatisfações, tornando distante as expectativas de resolução das diversas problemáticas. O elemento central destes fatores se deu através da incompatibilidade entre o ritmo e a capacidade de escoamento da produção. Algumas medidas foram desenvolvidas com o objetivo de salvaguardar as estruturas do sistema fordista. Uma destas foi a busca de expansão aos países de economias precárias, com sistemas de produção ainda rudimentares, o que Harvey denomina como *deslocamento espacial*. Esta solução, no entanto, foi apenas momentânea, pelo fato de que tais economias, com a absorção desta lógica de produção, tornaram-se significativamente viáveis e concorrentes para com as nações precursoras do sistema de produção capitalista. A justificativa para este fato se alicerça na capacidade de conseguir mão de obra mais barata e ainda com margens para exploração, tanto no sistema produtivo, quanto na exploração do consumo de massa, formando-se assim, um *fordismo periférico* (Cf.: HARVEY, 2012, p. 163-171). Outra busca de solução se deu através do *deslocamento temporal*, que nada mais foi do que a busca de “(...) desvio de recursos das necessidades atuais para a exploração de usos futuros” (HARVEY, 2012, p.171). Esta criação

de um capital fictício também é um paliativo a curto prazo, pois implica em uma necessidade de aceleração do tempo de giro, buscando assim, evitar uma desvalorização de ativos, pois, a cada ano, as novas tecnologias tendem a deslocar as antigas, minimizando a valoração destes ativos passados. Desta feita, o fôlego para lidar com as crises econômicas advindas do modelo fordista foi se esgotando, tornando-se inviáveis: “Por conseguinte, a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação. O deslocamento temporal estava acumulando dívida sobre dívida até que a única estratégia governamental viável foi afastar o problema através da monetização” (HARVEY, 2012, p.173-174).

Os problemas gerados através do excedente de produção agravaram, cada vez mais, as políticas do Estado Keynesiano, colocando à tona uma fragilidade que se apresentava indissolúvel e, neste momento, solidamente comprometida com a incapacidade de destruição do valor dos ativos de capital fixo, que se avolumaram no mercado com a monetização. Assim, os pontos de força do fordismo, tais como, o Estado de bem-estar social, o salário real e o poder sindical organizado, transformaram-se em relação diametralmente oposta, em virtude governamental pelos neoconservadores: “Disseminou-se a imagem de governos fortes administrando fortes doses de remédios não palatáveis para restaurar a saúde de economias moribundas” (HARVEY, 2012, p.158).

Neste momento conturbado de crise, com a instauração progressiva de uma lógica de acumulação flexível, os Estados foram sugados pelo vórtice do empreendedorismo, lançando-os a estabelecer posturas favoráveis aos negócios, o que, por sua vez, significou em contenção da força de trabalho organizado e dos movimentos sociais. Mesmo os Estados que, ideologicamente, pretendiam não ser tão intervencionistas mudam suas formas de ação, pois precisam de atenção e zelo neste mercado financeiro instável (Cf.: HARVEY, 2012, p.159).

## DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

A acumulação flexível proporcionou maior autonomia ao sistema bancário e financeiro, pois estabeleceu no capital financeiro um significativo poder coordenador, sendo possível dirigir os fluxos do capital e, com a expansão de mercado, foi se intensificando a preocupação com o controle e soluções para as negociações financeiras internacionais. Percebe-se assim, que na acumulação flexível não houve total derrocada dos moldes fordistas, pois o Estado continuou desempenhando o papel de coordenador do capital financeiro, buscando mitigar assombros e desacertos, no entanto, em posição mais complexa, pois serviu



de peça fundamental a propiciar um bom clima nos negócios, com o objetivo de atrair e manter o capital financeiro. Desta feita, o Estado continuou a desenvolver ações de controle do trabalho (Cf.: HARVEY, 2012, p.155-160).

No entanto, é natural que uma transição gere conflitos e levantem questões à compreensão de como uma sociedade fordista incorporou-se às mudanças em uma economia flexível. Harvey contesta o posicionamento de autores que afirmam ser a mudança geral das normas e valores como a causa do sucesso do neoconservadorismo político. Segundo o autor, o individualismo, que foi ruinoso em diversos aspectos, gerou uma explosão de energia que possibilitou ações de controle estatal e possibilitou ações empreendedoras que, ao longo dos anos, foram afetando substancialmente a sociedade (Cf.: HARVEY, 2012, p.161).

Com o intenso momento de crise, no âmbito do trabalho representado fortemente pelo grande volume de desemprego, a acumulação flexível recombina duas estratégias de criação de lucro, já apontadas por Marx: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa.

A mais-valia absoluta apoia-se na lógica intensificação da exploração da força de trabalho. Seja pelo aumento da jornada de trabalho, pela erosão do salário real ou pelo deslocamento do capital corporativo às regiões de baixos salários. A mais-valia relativa apoia-se na ampliação de possibilidades tecnológicas que, por sua vez, geram redução de pessoal (como nos processos de automação) e aumento da produção, por outro lado, gera um fortalecimento da força de trabalho, pelo fato do capitalismo depender de mão de obra mais especializada e de mobilização de força de trabalho intelectual.

Com a prática do processo de mais-valia foi formando um excedente de mão de obra e, mesmo os países de capitalismo avançado, começou a sofrer regimes de exploração no trabalho, que nada mais é do que a extração de mais valia. Assim, a acumulação flexível põe à tona elementos fundamentais da exploração, analisados por Marx. Através das intersecções que o sistema fabril estabelece com a manufatura, é criado um exército de reserva, que serve de contrapeso ao fortalecimento da classe trabalhadora. Além disso, são utilizadas forças intelectuais e recursos dos capitalistas para minimizar a força trabalhadora e criar clima de exacerbada competição entre os próprios trabalhadores, intensificando assim, a produção.

Harvey constata que o capitalismo, na estrutura de acumulação flexível, opera com princípios invariantes, mas isto não significa afirmar que seja uma reconfiguração do antigo modelo. Tal afirmação seria demasiado insólita, pois que lançaria o capitalismo em análise anacrônica, destituindo-o de toda a sua constituição material-histórica, com sua

capacidade de adaptação, transformação, sendo que, muitas destas, inesperadas (Cf.: HARVEY, 2012, p.174-176).

No entanto, mesmo nesta nova configuração da acumulação flexível, é possível constatar que foram mantidas três características fundamentais do modo de produção capitalista: “(...) *Primeira*: é voltado para o crescimento; *segunda*: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, *terceira*: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional” (ANTUNES, 2011, p. 29).

Um dos aspectos fundamentais que a mudança da acumulação flexível proporcionou diz respeito à produção que, nesta perspectiva, procura atender, ou melhor, criar demandas personalizadas, buscando atingir amplitude de mercado. Como exemplo de modelo de produção, nesta configuração, encontra-se a fábrica que possui características reguláveis: “A fábrica flexível também é assim chamada por causa das ‘novas tecnologias’ que criam ‘ferramentas flexíveis’. (...) Estas ferramentas, ao invés de serem chamadas de ‘flexíveis’ deveriam ser chamadas de autorreguláveis, pois elas mesmas podem mudar seus regulamentos, isto é, seu programa de operações” (VIANA, 2009, p.71).

Este modelo fabril, com características de autorregulação, difere-se significativamente da fixidez do fordismo, principalmente por possibilitar flexibilidade do aparato produtivo e da organização de trabalho, exigindo agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados.

Este caráter autorregulável retira a capacidade de regulação por parte do trabalhador, e a definição do programa de operações é realizada pela burocracia, intensificando o aumento da exploração e controlo do trabalhador: “Do ponto de vista do capitalista, trata-se de uma fábrica flexível em relação ao mercado consumidor, de trabalhadores flexíveis (‘moldáveis’) pelos seus interesses etc. Do ponto de vista do operário, trata-se de uma exploração integral” (VIANA, 2009, p.72).

De uma forma geral, pode-se constatar que o conjunto das relações sociais é determinado pela produção e reprodução da vida material, sendo assim, a organização do trabalho é aspecto fundamental das relações humanas que, por sua vez, possui relativa autonomia, chegando a influenciar nas organizações de trabalho.

O processo de trabalho, em uma sociedade capitalista é um processo de valorização preponderantemente conflituoso, pois denota uma luta de classe, com desejos e necessidades práticas divergentes, uma vez que os capitalistas, no que diz respeito ao controle

do trabalho, estão profundamente interessados em evitar *porosidades*, buscando diminuir o tempo do *trabalho morto*, enquanto a classe proletária está imbuída do desejo de diminuir o tempo de trabalho. Esta força de oposição da classe trabalhadora, nem sempre se dá de forma consciente, através das compreensões do processo de extração de mais-valor, mas sim pelo embrutecimento causado pelo trabalho, devido ao fato de se configurar em atividade que desapropria o trabalhador de participação efetiva neste processo.

Esta dinâmica do capitalismo é afetada, constantemente, por pressões diversas que, inevitavelmente, forçam a adequações que não são previstas em teorizações, representando a grande força da realidade que se impõe diante dos fatos. Isto pode ser perfeitamente percebido na análise sociológica sobre o mundo do trabalho, principalmente no aspecto produtivo, em que diversos modelos tentaram minimizar o grande elemento conflituoso, que está no cerne da realidade produtiva no mundo capitalista: a necessidade fundamental de controle do trabalho, na conversão da capacidade de homens e mulheres de realizarem um trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas.

Portanto, na busca do disciplinamento; nas racionalizações do trabalho; na verticalização do fordismo; bem como na flexibilização, presente na modernidade, encontra-se conflituosa carga energética, indissolúvel no mundo do trabalho: a exploração do trabalhador, configurada numa inflexibilidade impositiva, que busca moldar o humano aos aparatos técnicos da produção.

## MERCADO GLOBAL E A NOVA ECONOMIA: AS RECONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO E TEMPO

Com as novas exigências, na perspectiva da flexibilização econômica, é inevitável a percepção das influências geradas sobre a vida dos indivíduos, em níveis mais profundos que os aspectos objetivos, uma vez que influenciam significativamente na subjetividade, mas que não significa, por isso, que tais acontecimentos estejam dissociados. Nesta nova configuração da produção as instituições buscaram adequar-se, na lógica de que o rápido retorno está associado à proporção da agilidade da mudança institucional: “Uma mudança na moderna estrutura institucional acompanhou o trabalho a curto prazo, por contrato ou episódico. As empresas buscaram eliminar camadas de burocracia, tornando-se organizações mais planas e flexíveis” (SENNETT, 2011, p.23). Desta forma, os laços fortes da tradição são

substituídos pela confiança informal, que não possibilita garantia ou mesmo estabilidade entre trabalhador e o próprio trabalho, uma vez que atividade produtiva é reconhecida pela dinâmica das redes, em que as ações são desenvolvidas por equipes, de tarefa à tarefa, não garantindo estabilidade alguma neste processo, pois o pessoal pode ser facilmente alterado ao longo do caminho. Não há mais a configuração espacial da atividade de trabalho, que pode ser desenvolvida em qualquer localidade, por qualquer equipe, vinculando-se, no entanto, às características de agilidade, praticidade e funcionalidade que desemboca, inevitavelmente, na rentabilidade. Da mesma forma, na busca de atendimento aos prazos, cada vez menores, através da configuração das *redes de produção*, é fácil evidenciar uma nova dimensão de tempo no novo capitalismo, que não se prende mais à historicidade e estabilidade de relações. Inevitavelmente, isto afetou sobremaneira a vida pessoal dos indivíduos fora do local de trabalho, pois o comportamento que evoca rigidez tende a ser interpretado como resistência à mudança, sendo aí ovacionada a volatilidade: “As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva do tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego” (SENNET, 2011, p.27).

A flexibilização traz consigo a ideia de adaptação, de maleabilidade, com a possibilidade do indivíduo ser atravessado pelas forças de mudança, no entanto, sem ser quebrado por elas. Por outro lado, estes aspectos dizem muito mais sobre as forças que fazem as pessoas se dobrarem. Estes aspectos podem ser caracterizados por elementos sutis, tais como o fato de que as instituições não se mantêm mais em único modelo, retirando dos indivíduos até mesmo a compreensão sobre estas estruturas, o que dirá sobre sua intervenção direta sobre tal poder que o assola; o próprio trabalho que exige tamanha flexibilidade na produção e na estrutura de poder, que exerce a força de sua concentração, no entanto, sem uma centralização (Cf. SENNETT, 2011, p. 54-65).

Desta forma, tem-se uma adaptação que visa atender à demanda do consumo, que exige a versatilidade, com a rápida mudança de gostos, tendências e exigências.

### O VÓRTICE DO CONSUMISMO: O DESEJO QUE PRECEDE A PRODUÇÃO

Na configuração da flexibilização o consumo está na centralidade desta cadeia produtiva que, nas características de volatilidade, precisa garantir-se como atuante na perspectiva intersubjetiva dos indivíduos.

Como foi possível constatar ao longo destas elaborações, mesmo no âmbito do Fordismo, houve significativa preocupação com o excedente de produção, frente à velocidade

produtiva. Valendo lembrar, neste contexto buscou-se o *deslocamento espacial* e o *deslocamento temporal* como medidas remediadoras ao volume de produtos que gritava por necessidade circulatória, indicando o risco de gangrena nas estruturas econômicas. Sendo assim, independente se no modelo da rigidez ou da flexibilização, o consumo erige-se como condição *sine qua non* do próprio Capitalismo.

A atividade de consumo hoje faz parte do trivial que, analogamente, pode ser vista como o funcionamento metabólico da ingestão, digestão e excreção, como assinala Zygmunt Bauman (1925): “(...) o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos” (BAUMAN, 2008, p. 36). Pode-se constatar que esta perspectiva desenvolve uma conceituação vinculada à necessidade, à manutenção da vitalidade, no entanto, o consumismo configura-se em outro ponto de acontecimento.

Nas características da flexibilização econômica é fundamental que as atividades de consumo se deem para além da mera necessidade, inclusive em velocidade que ultrapasse estes marcos circunscritos, na capacidade de criar o desejo, determinando a estética do gosto e a conduta dos indivíduos:

Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (‘alienada’) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a ‘sociedade de consumidores’ em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais (BAUMAN, 2008, p. 41).

Desta maneira a atividade do consumismo configura uma fusão entre ter e ser, de forma que a estrutura psíquica do indivíduo não se veja destituída dos objetos externos. Nesta dimensão do *phantasma* instaura-se a percepção de que é possível realizar todas as vontades e ampliar a configuração da própria existência, instaurando a ilusão doentia de indissociabilidade entre sujeito e objeto. Para que esta afirmação ganhe relevo objetivo, sem soar como mera valoração subjetiva, é fundamental que a referência vincule-se à psicanálise freudiana. Em *Uma dificuldade no caminho da Psicanálise* (1917), Sigmund Freud (1856-1939) desenvolve significativa analogia para o estágio narcísico, como condição necessária ao saldável desenvolvimento das relações do sujeito frente aos diversos objetos. Demonstra que

os instintos autopreservativos ou instintos do ego, vinculam-se aos diversos objetos, assim como uma ameba que estende as dimensões de seu corpo mas, mediante qualquer ameaça, tem a possibilidade de restaurar-se:

Para a completa sanidade, é essencial que a libido não perca essa mobilidade plena. Como ilustração dessa situação, podemos pensar em uma ameba, cuja substância viscosa desprende pseudópodes, prolongamentos pelos quais se estende a substância do corpo, os quais, contudo, podem retrair-se a qualquer momento, de modo que a forma da massa protoplásmica seja restaurada (FREUD, 1996(b), p.86).

Esta digressão possibilita melhor compreensão sobre os elementos apontados por Erich Fromm (1900-1980), quando afirma que “O consumidor é a eterna criança de peito berrando pela mamadeira” (FROMM, 1987, p.45). Da mesma forma, vale apontar que esta assertiva, muito diferente de ser mera expressão figurativa, vincula-se às teorizações do *Princípio do Prazer* colocando-se em conflito com o *Princípio da realidade*. Estas elaborações possuem lastro na Psicanálise e, especificamente, fazem alusão à fase oral, na busca da satisfação, também emblematicamente presente nas elaborações de Zygmunt Bauman e Jean Baudrillard (1929-2007), que tratam do assunto do consumismo em seus diversos matizes.

Neste ponto se faz solicitação de vênias para que seja possível maior elucidação acerca do conceito e, inevitavelmente, o texto ganha ares didáticos.

O *princípio do prazer* se vincula às estruturas primárias do aparelho psíquico, como autopreservação frente aos desprazeres do mundo externo. Na experiência da vida coletiva é fundamental que exista relação com o princípio de realidade, que possibilita a mediação necessária entre os instintos do ego e o comportamento desnaturalizado:

Sabemos que o princípio de prazer é próprio de um método primário de funcionamento por parte do aparelho mental, mas que, do ponto de vista da autopreservação do organismo entre as dificuldades do mundo externo, ele é, desde o início, ineficaz e até mesmo altamente perigoso. Sob a influência dos instintos de autopreservação do ego, o princípio de prazer é substituído pelo princípio de realidade. Esse último princípio não abandona a intenção de fundamentalmente obter prazer; não obstante, exige e efetua o adiamento da satisfação, o abandono de uma série de possibilidades de obtê-la, e a tolerância temporária do desprazer como uma etapa no longo e indireto caminho para o prazer (FREUD, 1996(a), p.6).

Assim, se torna possível demonstrar as verticalizações das análises dos autores supracitados que tratam da especificidade do assunto em questão.

Como já foi assinalado, o consumo é ocupação e característica dos seres humanos como indivíduos, no entanto o consumismo é um atributo social, cunhado pela comunidade de produtores que pretendem instaurar as determinações e tendências a serem *ingeridas*, destoando do conceito real de qualidade que, por sua vez, não deveria se dissociar da conceituação de durabilidade:

A instabilidade dos desejos e a insaciabilidade das necessidades, assim como a resultante tendência ao consumo instantâneo e à remoção, também instantânea, de seus objetos, harmonizam-se bem com a nova liquidez do ambiente em que as atividades existenciais foram inscritas e tendem a ser conduzidas no futuro previsível (BAUMAN, 2008, p.45).

Eis que a lógica que opera neste processo não diz respeito à realidade, mas ao âmbito do desejo e, neste ponto, pode-se assinalar certa discordância para com o pensamento de Bauman entre desejo e necessidade. O desejo é da ordem do infindável, ao passo que a necessidade não, sendo assim, a insaciabilidade rompe caminho, expandindo os horizontes do princípio do prazer. O que se vende nas complexas e mirabolantes elaborações dos anúncios publicitários não são mercadorias, mas o devaneio, o *phantasma*, aquilo que jamais atingido com a aquisição do produto, mas que será eternamente buscado por este mecanismo de retroalimentação que tem no inconsciente do humano a sensação de completude perdida:

Sob o signo da publicidade, instaura o reino de uma liberdade do desejo. Mas nela o desejo nunca é efetivamente liberado – seria o fim da ordem social –, o desejo só é liberado na imagem e em doses suficientes para provocar os reflexos de angústia e de culpabilidade ligados à emergência do desejo. Aliciada pela imagem, mas enganada e culpabilizada também por ela, a veleidade de desejo é recuperada pela instância social. Profusão de liberdade, contudo orquestrada, regressão dirigida em que todas as perversidades são resolvidas em favor da ordem: se, na sociedade de consumo, a gratificação é imensa, a repressão é também enorme; recebemo-las conjuntamente na imagem e no discurso publicitários, que fazem o princípio repressivo da realidade atuar no próprio coração do princípio de prazer (BAUDRILLARD, 2000, p. 296-297).

Desta forma, é possível constatar que o *princípio de realidade* é forçado a uma retroação, pois o *princípio de prazer*, instigado na sua execução constante, na desmedida possibilidade do gozo. A realidade, instauradora das limitações, tão bem definida na conceituação dos *factos sociais* de Émile Durkheim perde espaço para a busca de realização dos desejos que, na representação da mercadoria – entenda-se aqui como produtos, padrões, serviços e outros –, a possibilidade de realização é irrisória, pois está lançada na fugacidade

de sua infinitesimal aproximação do desejo, que é frustrado no imediato contato com o produto. É importante que fique claro que esta frustração não se dá pela inadequação do produto com a expectativa do sujeito, mas porque este é mera bruma que se vincula aos arquétipos do instinto de prazer: “Agora é o ‘princípio da realidade’ que é forçado a ficar na defensiva; ele é compelido diariamente a recuar, a se autolimitar e a se comprometer diante dos renovados assaltos do ‘princípio do prazer’” (BAUMAN, 2011, p.57).

Talvez uma pergunta aqui se instaure: Qual a relação entre consumismo e trabalho, ainda mais na perspectiva do sofrimento?

Como já foi afirmado, a genialidade do processo publicitário não se esgota na retórica do convencimento do produto, pois se vincula ao âmbito do prazer que, na apresentação do desejo, estabelece um pacto em profundidade com o sujeito que deseja: “A ficção não é artificial, pois se funda no interesse recíproco que as duas partes mantêm no sentido de preservar aquela relação” (BAUDRILLARD, 2000, p. 293). Eis o fantástico mecanismo que jamais se esgotará na retroalimentação do mecanismo publicitário, na sociedade de consumo: “(...) atender às promessas infinitamente expansíveis do princípio do prazer prometem lucros comerciais infinitamente prolongáveis” (BAUMAN, 2011, p.57). Desta forma, outra pergunta pode ser apresentada como início de resposta à anterior: Para que toda esta estrutura de veleidade se dê, o que é fundamental, senão o poder para o consumo?

A venda da força de trabalho continua a ser a forma mais comumente utilizada pela maioria dos trabalhadores para fazerem parte – na expressão de Harvey – “(...) das louvadas alegrias do consumo de massa” (HARVEY, 2012, p.132). No entanto, é bem certo que este quantitativo expressivo da força de produção não seja possuidor de poder aquisitivo: eis a instauração do *princípio de realidade*. No entanto, como já foi assinalado, na perspectiva da sociedade de consumo de massa, o *princípio de prazer* instaura-se com força avassaladora, impelindo o senso de realidade a recuar em nome da realização do desejo: eis o sistema de crédito.

Ao nível da publicidade, o crédito é um argumento decisivo para a "estratégia do desejo", ele aponta ao mesmo tempo que não importa qual qualidade de objeto: ela vai junto na motivação de compra com a escolha, a 'personalização' e a confabulação publicitária, que é o complemento tático. O contexto psicológico é o mesmo: a antecipação do modelo da série torna-se aqui a antecipação do gozo dos objetos no tempo (Baudrillard, 1990, p. 218-219).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> "Au niveau de la publicité, le crédit est un argument décisif dans la 'stratégie du désir', il joue au même titre que n'importe quelle qualité de objet: il va de pair dans la motivation d'achat avec le choix, la 'personnalisation' et l'affabulation publicitaire, dont il est le complément tactique. Le contexte psychologique est le même:



O crédito é este eficiente mecanismo que não permite a interdição do desejo e, com eficiência maior, possibilita atender à lógica da produção do capitalismo global, chegando a ser mais que um mero conceito ideológico, mas uma instituição econômica, que garante uma nova ética fundamental nesta sociedade. Passa a ser visto como direito inalienável do consumidor, defendido e garantido pelo Estado:

O crédito é entendido como um direito do consumidor, e ao fundo como um direito econômico do cidadão. Toda restrição às possibilidades de crédito é sentida profundamente como uma medida de retaliação por parte do Estado, uma supressão do crédito (aliás impensável) seria vivenciada por toda a sociedade, como a supressão de uma liberdade (BAUDRILLARD, 1990, p.218).<sup>3</sup>

Desta forma, a prática do consumismo é garantida, ao mesmo tempo em que é sustentada a flexibilização da produção de mercadorias, prolongando a relação de dependência entre o trabalho do trabalhador e o produto consumido, configurada no contrato de financiamento. O indivíduo, enquanto trabalhador, precisa ser ativo frente à capacidade de produção para garantir o consumo de uma parcela desta produção, efetivada por ele, que já não reluz mais em seu campo de desejo, frustrado na tentativa de aquisição do impalpável, que nunca esteve em outro lugar, senão nas tramas perdidas de sua constituição psíquica: na incompletude configurada entre a conflituosa, porém necessária, relação entre o *princípio de prazer* e o *princípio de realidade*.

Assim, o objeto não serve ao atendimento das necessidades, mas a uma organização mais racional do mundo, que se faz na integração de uma ideologia, lançando o trabalhador, no sonho da aquisição, o que possibilita, por assim dizer, parafraseando Baudrillard, que o consumismo precede a produção<sup>4</sup>.

---

l'anticipation du modèle dans la série devient ici l'anticipation de la jouissance des objets dans le temps" (Tradução livre).

<sup>3</sup> "Le crédit est sous-entendu comme un droit du consommateur, et au fond comme un droit économique du citoyen. Toute restriction aux possibilités de crédit est ressentie comme une mesure de rétorsion de la part de l'Etat, une suppression du crédit (d'ailleurs impensable) serait vécue par l'ensemble de la société comme la suppression d'une liberté" (Tradução livre).

<sup>4</sup>Cf.: "Aujourd'hui, les objets sont là avant d'être gagnés, ils anticipent sur la somme d'efforts et de travail qu'ils représentent, leur consommation précède pour ainsi dire leur production" (Baudrillard, 1990, p. 222).

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Alexandre Werneck trad. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Carlos Alberto Medeiros trad. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENTHAM, Jeremy. *et. al. O Panóptico*. Guacira Lopes Louro trad. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *A significação da publicidade*. Luiz Costa Lima (trad). In: LIMA, Luiz Costa org. *Teoria da Cultura de Massa*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Le système des objets*. Saint-Amand: Gallimard, 1990.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira (trad.). 5.ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos [1925-1926]*. In: *Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996(a).
- \_\_\_\_\_. *Uma dificuldade no caminho da psicanálise [1917]*. In: *Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996(b).
- FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* 4.ed. Nathanael C. Caixeiro trad. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *El orden y la producción: Nacimiento y formas de la disciplina de fábrica*. Madrid: Trotta, 1991.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves trad. 23.ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital*. 27.ed. Livro I. Vol.1. Reginaldo Sant'Anna trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Marcos Santarrita trad. 16.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- VIANA, Nilton. *O significado histórico do Toyotismo*. In: *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida – São Paulo: Ideias e Letras, 2009.